

Comunidades também querem

Transporte Coletivo
- Transcol

discutir o Transcol

Até o momento, as comunidades da Grande Vitória não tiveram oportunidade de conhecer as propostas inseridas no Transcol — Plano para o novo sistema de transporte coletivo da região — e agora estão reivindicando esse direito aos técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão responsável pela elaboração do trabalho. Como não existe uma garantia, por parte do governo estadual, em relação à data de implantação do projeto, os integrantes da Comissão de Transportes da Grande Vitória temem que na época do projeto ser efetivado já esteja completamente defasado quanto à demanda.

Entre as reivindicações das comunidades da Grande Vitória, consta o subsídio para o transporte — mas que essa verba não seja repassada para as empresas privadas que exploram o serviço. A Comissão de Transportes sugere a criação de uma empresa estatal, de forma que todo o sistema seja gerido por um órgão público, e que a fiscalização constitua papel da comunidade com participação partidária dos demais integrantes no conselho deliberativo da empresa — no caso, a Companhia de Transportes Urbanos (Ceturb).

INFORMAÇÕES

Os integrantes da Comissão de Transportes da Grande Vitória reclamam da falta de informação em relação ao Transcol, cujo projeto do qual só conhecem as propostas gerais que o novo sistema prevê. “Nós não temos tido acesso ao Transcol. Pedimos aos técnicos do IJSN uma cópia do plano para iniciar as discussões com as comunidades e eles nos responderam que fica muito caro e que, portanto, não existe condições de nos fornecer uma xerox”, explicou Ivonete Vila Nova de Souza, representante da comunidade de Cariacica.

O sistema atual de transporte coletivo, na opinião dos líderes comunitários, é completamente anárquico e, como existe a proposta do Transcol, o Estado se omite em solucionar os problemas decorridos da situação”. E imputa tudo para o Transcol. Todas as vezes que vamos tentar a solução para uma deficiência, a resposta é sempre a mesma — “O Transcol vai resolver essa dificuldade”. O Transcol vem aí. O governo está brincando com fogo. A população pode se rebelar e repetir em Vitória o mesmo que aconteceu em Salvador”, adverte o representante de Vitória na comissão, Otaviano de Carvalho.

Conforme os integrantes da Comissão de Transporte, as comunidades hoje estão revoltadas em relação à falta de espaço para que também possam participar da discussão — elaboração e controle dos projetos propostos para seu bem comum. “O Estado tem que assumir o transporte como uma atividade essencial para o indivíduo, o qual deve ser garantido pela nova constituição brasileira”, defendeu Ota-

viano. Eles argumentaram que a população tem competência para interferir na elaboração de projetos que envolvam assuntos de seu interesse, rebatendo a posição dos técnicos que têm a visão deturpada a respeito.

“Nós queremos participar, mas não do jeito que os técnicos propõem, que se resume, no máximo, em opinar, quando reivindicamos justamente o inverso. No momento de deliberar, quando a questão envolve um conjunto de pessoas, a decisão e definições devem partir desse conjunto”, propôs Terezinha Balgassine Cravo, outra representante de Vitória.

CETURB

A implantação da Ceturb, como único gerenciador do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória, é uma reivindicação antiga das comunidades. Só que a proposta da população hoje está mais abrangente: que a Companhia de Transportes Urbanos, além de gerenciar o sistema, também o explore — o que constitui uma forma de se subsidiar o serviço pelo órgão concedente. Mais adiante, a comissão propõe que a fiscalização do trabalho da empresa estatal seja efetuada por integrantes da população, pois assim se evitará que a Ceturb se transforme em mais um cabide de emprego.

Eles são contra a implantação da câmara de compensação tarifária, pois, com ela se manterá o mesmo sistema vigente nos dias de hoje e a tarifa não seria reduzida de modo a atender às necessidades dos usuários. “O lucro continuaria entregue à iniciativa privada. A câmara racionaliza o serviço, porém, mantém os mesmos ganhos. A jogada permanece intocável”, afirmou Otaviano Carvalho. O representante de Vila Velha, Claudio Vereza, argumentou que a experiência do seu município, que possui duas linhas exploradas pela prefeitura, provou que é possível se ter uma tarifa bem mais reduzida mantendo-se a eficácia do transporte.

Cláudio Vereza é também o presidente da Associação das Pessoas com Deficiência, que está reivindicando algumas melhorias no sistema em favor dos que encontram dificuldades para se locomover. Por exemplo, pede a adoção dos ônibus padron, que possuem portas mais largas, e degraus com menos espaço entre um e outro, permitindo até uma cadeira de rodas no seu interior. A entidade sugere ainda o treinamento dos operadores do sistema, que às vezes os tratam com preconceito ou com superproteção, objetivando o tratamento normal dispensado a qualquer outro usuário. Em relação à tarifa, os deficientes estão pedindo abatimento de 50% no valor das passagens — uma vez que o transporte, para eles, é uma atividade essencial. E que os terminais lhes sejam acessíveis.